

HOMENAGEM (OU NOTA DE SOLIDARIEDADE AOS QUE CAÍRAM EM NOSSAS TRINCHEIRAS OU QUE NELAS PERMANECEM)

Homage (Or Note of Solidarity to those who fell in our trenches or who remain in them)

Karina **OLIVEIRA MORAIS DOS SANTOS** (Mestranda em História Social pela Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP) com financiamento FAPESP e militante da Marcha Mundial das Mulheres, São Paulo, Brasil)



Nós vos pedimos com insistência: Nunca digam – “Isso é natural”!

*Diante dos acontecimentos de cada dia
Numa época em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de lei
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca: “Isso é natural”
A fim de que nada passe por imutável.*

(Bertold Brecht)

Vítima de um golpe parlamentar e midiático, no dia 31 de agosto de 2016 a Presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita enquanto chefe de Estado no Brasil, foi injustamente destituída de seu cargo. Naquele momento, o Senado se compunha pela bancada mais conservadora desde a Ditadura Militar, na qual se destacava o vínculo profundo de grande parte de seus membros com setores ruralistas, com o poder militar e com o fundamentalismo religioso.

Sob a liderança de Eduardo Cunha, que presidia a Câmara dos Deputados, a presidenta foi criminalizada a partir de um processo sem lastro e que não se fundamenta juridicamente. As ditas “pedaladas fiscais”, que já eram praticadas e autorizadas no campo econômico, no governo Dilma foi lido como “crime de responsabilidade”. A idoneidade de Cunha e a imparcialidade do Supremo Tribunal Federal na condução do caso são tão questionáveis que, dois meses depois, Cunha foi preso pela Operação Lava Jato.

Negligenciando o caráter público da votação, os discursos dos favoráveis ao impedimento do mandato deixaram claro, em rede nacional, que a classe trabalhadora e suas demandas não integravam as preocupações da classe política articuladora do Impeachment. É certo que já sabíamos o que esperar: homens brancos discursando em prol de um modelo único de família e de religiosidade do qual a maior parte da população brasileira não se encaixa.

O nome do maior torturador de nossa história foi ovacionado por aquele que, posteriormente, ocuparia a presidência da República por meio da construção da opinião pública a partir de fakenews. Jair Messias Bolsonaro dedicou seu voto ao Coronel Carlos Brilhante Ustra, um dos maiores expoentes da Ditadura Militar no Brasil e o único até então reconhecido e declarado enquanto torturador pela Justiça. Ustra chefiou o DOI-CODI, o mais atroz órgão de repressão criado nos anos de chumbo, que se valia de sequestros, estupros e assassinatos de militantes de esquerda, contrários ao Regime. Bolsonaro foi aplaudido pela Câmara do “sim”, a mesma que defendia Deus e a Família. Ali, já se anunciava a política de austeridade que se praticaria nos anos subsequentes. Em 31 de agosto de 2016, o povo conheceu o rosto de seus representantes e, dali em diante, o Brasil se apresentou ao mundo como um país que manipula seu sistema judicial, ao passo em que não respeita suas próprias leis.

A prisão política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 07 de abril de 2018, é parte desse contexto. De acordo com a Constituição, ninguém poderia ser condenado antes do trânsito em julgado, não obstante, Lula teve seu pedido de *habeas corpus* negado e foi preso em segunda instância, isto é, sem que seu processo tivesse sido concluído. O ex-presidente responde por supostos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, acusações das quais nenhuma prova foi apresentada. Ocorre que sua prisão integra a articulação do golpe: durante as campanhas eleitorais liderava todas as pesquisas e, se livre, certamente teria retornado à presidência. Seus direitos políticos foram cassados e Lula foi arbitrariamente impedido de participar da disputa eleitoral, o que abriu espaço para a extrema-direita, que se expressa hoje na figura de Jair Bolsonaro e do bloco político que o sustenta.

A implementação da agenda do golpe tem avançado em passos rápidos, promovendo um sistemático desmonte de políticas públicas e precarizando as condições de existência do conjunto das trabalhadoras e trabalhadores desse país. Desde 2016 o país vem sofrendo as consequências das rupturas democráticas que, cada vez mais, abrem espaço para um cenário de retrocessos sem precedentes em nossa história.

O desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social responde ao aprofundamento dessa agenda ultraconservadora. Um processo que não é um caso isolado, mas que se vincula a um

contexto mais amplo do avanço neoliberal no Brasil, na América Latina e no mundo. A prisão política de Louisa Hanoune, dirigente do Partido dos Trabalhadores da Argélia e primeira mulher a se candidatar à presidência em seu país, o Golpe de Estado contra Evo Morales na Bolívia e a ascensão da direita no Uruguai, com a vitória de Luis Lacalle Pou, após “empate” resolvido pelo Tribunal Eleitoral do país, são exemplos disso.

No Brasil, a crescente desestruturação dos equipamentos públicos, a superexploração do trabalho, a criminalização de lideranças dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e sindicais e a política de privatizações refletem uma conjuntura em que se privilegia o capital privado em detrimento da sociedade civil. Isso se verifica, por exemplo, no aumento do desemprego, do subemprego e da pobreza, no aumento da exploração sexual e do tráfico de mulheres, bem como no acirramento das violências no campo e na cidade. Segue em curso um verdadeiro genocídio da população negra, periférica, indígena, quilombola e ribeirinha, promovido por um governo que atua em conjunto com os ruralistas, latifundiários, fundamentalistas, com as grandes empresas, com os bancos, com o mercado financeiro e com a milícia.

Temos vivido tempos difíceis, escolas sendo fechadas, universidades sendo sucateadas, perdas graves de direitos trabalhistas, os recursos naturais sendo entregues ao capital privado, congelamento nos investimentos em saúde, cultura e educação, extinção de secretarias e ministérios, perseguição aos movimentos sociais, criminalização de suas lideranças e assassinatos de militantes. O país é posto à venda ao capital estrangeiro, o agronegócio segue avançando sobre nossos povos e territórios e 293 agrotóxicos hoje são liberados para que cheguem à nossa mesa. O Brasil, que havia saído da linha da miséria, retornou ao Mapa da Fome. Num mesmo contexto em que 13 milhões de brasileiros seguem desempregados, pouco antes das eleições de 2018 os ministros do Supremo Tribunal Federal votaram o aumento de seus próprios salários.

O assassinato de Marielle Franco, em 14 de março de 2018, é expressão máxima desse contexto. Militante dos direitos humanos e comprometida com a fiscalização dos abusos praticados pela polícia militar nas favelas do Rio de Janeiro, sua morte foi o anúncio claro da política de extermínio que se declarou após o golpe de 2016. O neoliberalismo se apresenta hoje em nosso país com sua face mais perversa, reinventando um novo modelo de governo que se vale de práticas fascistas ancoradas no estímulo às violências. Esse novo formato é acompanhado por um “refinamento” no uso das redes sociais, na formação da opinião pública a partir da propagação de falsas informações. Aqueles que defendem os direitos humanos, a distribuição de renda, a justiça social e os bens comuns são considerados oposição e, portanto, tornam-se alvos. Aqueles que não se encaixam no padrão aceito por esse grupo da direita ultraconservadora que hoje comanda o país, também.

Tradicionalmente, o Corpo Editorial desta revista se reúne e elenca um nome específico para prestar homenagem. Essa escolha sempre considerou a trajetória e as contribuições deixadas por aqueles que estamparam nossas páginas. No atual contexto, em que o Brasil se faz cenário e objeto de uma guerra velada, essa revista também busca se reinventar, inclusive por compreender que outros desafios e demandas se dispõem. Aqui, já comemoramos nomes como Fúlvio Abramo; Edgard Carone; Wilson Barbosa; Zillah Murgel Branco; Takao Amano; Paul Singer; Jacob Gorender; Plínio de Arruda Sampaio; Oswaldo Sevá; Anivaldo Padilha; Guiomar Silva Lopes; Orisson Saraiva de Castro; Plínio Martins; Adelço de Almeida; Paulo Arantes; Marisa Letícia Lula da Silva; Antonio Cândido e Luis Inácio Lula da Silva. Neste momento,

em que a retomada da democracia só se viabiliza a partir de respostas coletivas, nos valemos deste espaço para saudar todas aquelas e aqueles que se mantiveram nas trincheiras por um modelo igualitário de sociedade, em defesa da soberania popular e de um sistema livre de exploração do trabalho, da terra e da vida.

O ano de 2018 marcou uma nova fase do golpe. Com o período eleitoral, buscou-se criar ares de legitimidade para o processo iniciado em 2016. Se até então o país estava nas mãos de um governo interino, com as eleições presidenciais vendeu-se uma falsa ideia da retomada de um ambiente com estabilidade democrática. Falsa porque Dilma havia sido deposta sem fundamento jurídico, Lula seguia preso sem trânsito em julgado, o candidato da bancada articuladora do golpe se recusou a participar dos debates abertos e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou o direito de voto de 1,5 milhão de nordestinos porque àquele estado não foi autorizado o voto sem cadastro de biometria. Caso que não ocorreu em São Paulo, por exemplo.

No ano seguinte aprofundou-se os ataques à democracia e, junto a isso, a implementação do projeto da ultradireita, onde não há espaço para a juventude negra e periférica, para as mulheres, para a população LGBT, para os imigrantes, para os indígenas, para os quilombolas e para os pequenos camponeses. A política higienista e de extermínio da oposição se fez valer e as violências seguem autorizadas, estimuladas e promovidas pelo Estado.

Não esqueceremos as prisões arbitrárias, em São Paulo, de Preta Ferreira, Sidney Ferreira, Maria do Planalto e Ednalva Franco, militantes do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), detidos em junho de 2019 sob falsas acusações, exclusivamente por atuarem no movimento de moradia. Não esqueceremos das lideranças indígenas que foram assassinadas em conflitos fundiários, entre eles Paulo Paulino Guajajara, no Maranhão, e Humberto Peixoto Lemos, liderança Tuyuca, morto a pauladas na Amazônia. Ambos assassinados por atuarem em defesa de seus territórios e de sua gente. Não esqueceremos de Celino e Wanderson, camponeses de Arari, perseguidos e assassinados nas mãos de latifundiários.

Não esqueceremos também do assassinato de crianças vítimas da truculência policial, por meio das operações militares nas favelas e periferias urbanas, que se compõem majoritariamente por pessoas negras: Kauan Peixoto, 12 anos, baleado na comunidade da Chatuba quando saiu para comprar comida; Jenifer Silene Gomes, 11 anos, baleada em Triagem; Kauã Nunes Rozário, 11 anos, baleado com um tiro de fuzil em Bangu enquanto andava de bicicleta; Kauê Ribeiro dos Santos, 12 anos, baleado no Complexo do Chapadão; Ághata Félix, 08 anos, baleada com um tiro de fuzil no Complexo do Alemão. Todas mortas em 2019 por disparos da Polícia Militar em comunidades do Rio de Janeiro, respondendo a um projeto de país em que vidas negras não importam.

Não esqueceremos também de Gustavo Cruz Xavier, 14 anos, Dennys Guilherme dos Santos Franco, 16, Marcos Paulo Oliveira dos Santos, 16, Denys Henrique Quirino da Silva, 16, Luara Victória Oliveira, 18, Gabriel Rogério de Moraes, 20, Eduardo da Silva, 21, Bruno Gabriel dos Santos, 22 e Mateus dos Santos Costa, 23 anos, vítimas de uma chacina promovida pela ação da Polícia Militar em um baile funk na favela de Paraisópolis, em São Paulo, em dezembro de 2019.

Este texto – que é homenagem, que é também denúncia e que é também nota de solidariedade – foi escrito em um momento no qual sequer imaginávamos que hoje estaríamos em meio a mais uma guerra imperialista, contabilizando milhares de mortos em todo o mundo por conta de uma pandemia, o novo coronavírus (COVID-19). O neoliberalismo mais uma vez mostrou sua face mais perversa, disputando equipamentos médicos e ditando quais são os

corpos matáveis e aqueles que deveriam ser salvos. Desde o início, o isolamento social é a principal orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), a única medida realmente eficaz contra a propagação da doença, todavia, a luta de classes é também uma realidade no que se refere à saúde pública. No Brasil, não por acaso, o primeiro registro de óbito no Rio de Janeiro foi de uma empregada doméstica, que sequer teve a chance de se resguardar e cumprir o período oficial de quarentena.

Dona Cleonice Gonçalves, de 63 anos, foi infectada na casa de seus patrões no Leblon, onde trabalhava há mais de dez anos. A patroa, que havia retornado da Itália, testou positivo para o vírus e, mesmo ciente dos riscos, ocultou a informação sem dispensar a funcionária. Enquanto isso, segue em marcha os discursos irresponsáveis daquele que se diz “Chefe de Estado”. Na contramão do mundo, Jair Bolsonaro se coloca ferrenhamente contrário às medidas de isolamento social que os estados têm promovido, ao passo em que empregadores organizam atos – de dentro de seus carros importados, claro – exigindo o retorno de seus funcionários. Com a força de trabalho dos mais pobres, o capital precisa girar, ainda que custe suas próprias vidas.

A pandemia revelou também as contradições do neoliberalismo, que sempre existiram, mas que em um contexto de calamidade pública, saltam-nos ainda mais aos olhos. Se, até ontem, empresários capitalistas defendiam o Estado mínimo, hoje cobram pela intervenção do Estado na ampliação de sistemas de crédito, não obstante, seguem em defesa do livre-mercado: menos para os pobres, mais para os ricos. Se, até ontem, atacava-se o Sistema Único de Saúde (SUS) – que segue em risco – hoje recorre-se a ele para tentar salvar o país do caos. São análises por fazer, por ora, atento-me ao propósito deste texto e, em nome da Revista Mouro, presto homenagem à dona Cleonice, às trabalhadoras domésticas e a todos aqueles que seguem em empregos precarizados, amparados sob a própria sorte.

Destaco, ainda, a condição das mulheres trabalhadoras em tempos de quarentena. Se antes já exerciam dupla e tripla jornada, agora imergem em uma sobrecarga de trabalho ainda maior: com marido e filhos em casa em tempo integral, as tarefas domésticas se multiplicam. O orçamento familiar diminui, então é necessário trabalhar ainda mais e buscar fontes de renda alternativas, sem quaisquer garantias, inclusive de ter o que comer. Isso sem contar no aumento exponencial da violência doméstica dado que, se 70% dos casos ocorrem onde residem, para mais de 221 mil mulheres, maior tempo dentro de casa significa maior tempo com seus agressores. A violência do Estado opera também aí: uma pandemia não seria tão desastrosa se houvesse um sistema público de saúde fortalecido, se houvesse políticas públicas efetivas para as mulheres e para o conjunto da classe trabalhadora.

Certo é que, entre avanços e retrocessos, a história se opera a partir de forças políticas distintas e nunca com as mesmas condições de disputa. Se, por um lado, há aqueles para os quais a defesa do capital privado é mais importante que curar as enfermidades e saciar a fome de milhões de pessoas, por outro, há os que dedicam suas vidas a construir um mundo em que todas as pessoas possam viver bem. A luta pela democracia não se faz sem a luta pela liberdade de todos os nossos presos políticos, de todos os nossos autoexilados e em memória de todos aqueles que morreram por acreditarem em um mundo mais justo. Hoje, nos valemos deste espaço para reafirmar que o país que queremos construir é livre de exploração, com alimentos saudáveis em todas as mesas, com garantia de direitos e com a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

MOURRO

ISSN 2175-4837

É vã qualquer tentativa de romantizar as consequências da violência. Muitos de nossas fileiras caíram e cairão ao longo do percurso, mas há algo que estilhaços, balas perdidas, pau-de-arara ou tanques de guerra jamais serão capazes de desarticular: as redes de solidariedade que a dor só fortalece. Não há poesia, mas resiliência, resistência e avanços fundamentais que não seriam possíveis sem a perseverança e a força combativa daqueles que não abdicaram de lutar pelos seus, pelos nossos. São tantas e tão importantes as trajetórias, as iniciativas coletivas e os acumulares de experiências que não caberiam nos limites deste texto, mas, aqui, reconhecemos um legado que as linhas da história jamais serão capazes de apagar. Nossas tantas Marielles serão sempre uma pedra no sapato para aqueles que transformam vidas em mão de obra barata e amor em mercadoria. Se a história não é linear, não há causas perdidas e é no e pelo coletivo que essa força tem alimento.